

# Congresso quer R\$ 4 bi do Orçamento

ESTE SERIA O VALOR TOTAL DAS EMENDAS QUE OS PARLAMENTARES PODERIAM APRESENTAR À PROPOSTA DO GOVERNO | 1.3 DUT 1995

A parcela do Orçamento-Geral da União de 1996 reservada para emendas de deputados e senadores chegará a R\$ 4 bilhões, no mínimo. Além de permitir a utilização de R\$ 1,6 bilhão em obras e serviços — 20% da verba total de investimentos —, o relatório preliminar da Comissão Mista de Orçamento do Congresso autoriza o cancelamento e o remanejamento de igual percentual dos recursos destinados pelo governo para inversões financeiras e outras despesas de capital. A comissão poderá ainda lançar mão, se necessário,

As regras para modificação da proposta orçamentária do governo deverão ser aprovadas na próxima terça-feira, data marcada para a Comissão votar o parecer preliminar preparado pelo relator-geral, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN). Mesmo sendo preliminar — o relatório final só ficará pronto em dezembro —, o parecer de Ferreira já recebeu 70 emendas.

A análise das emendas mostra que os R\$ 4 bilhões são considerados insuficientes por alguns parlamentares. O deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), considerado um especialista em orçamento, sugere mais que o dobro: suas emendas propõem que o Congresso possa alterar 50% — e não 20% — das verbas de investimento, inversões e despesas de capital. Entre as 70 emendas, apenas uma,

do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), defende a redução para 10% da margem de manobra do Congresso. Aliado do governo, o deputado tucano argumenta que, ao cancelar 20% das dotações feitas pelo Executivo para inversões financeiras, o Congresso aprovará emendas capazes de “comprometer a atuação continuada do governo em áreas importantes, como crédito agrícola”.

As emendas dos parlamentares também têm como alvo áreas sociais como saúde e educação. O deputado Paulo Bernardo (PT-PR) quer que R\$ 4,6 bilhões reservados pelo Tesouro para pagamento de juros e encargos da dívida sejam transferidos para a saúde. “Despesas com a saúde, pela sua óbvia importância, não podem ficar na dependência de legislação tão polêmica como a

CMF.” Os custos da dívida seriam bancados por títulos — alternativa estudada por Ferreira.

Bernardo propõe, ainda, o remanejamento de R\$ 98 milhões alocados em programas de informática do Poder Judiciário para a reforma agrária e de R\$ 186 milhões destinados para obras do Judiciário para o programa de erradicação do analfabetismo. Emenda do também petista João Fassarella (MG) aumenta de R\$ 60 mil, previstos na proposta original do governo, para R\$ 1 bilhão a dotação para erradicação do analfabetismo.

**Mara Bergamaschi/AE**

Além de tratar da partilha de verbas, as propostas dos parlamentares contemplam áreas sociais como saúde e educação